

Tudo o que é simples é falso, dizia Paul Valéry, na proposição que um intelectual como o presidente Fernando Henrique Cardoso, que lecionou na França, certamente não ignora. Esse governo, com pouco mais de dez dias de vida, tem feito o possível para se afastar das falsidades, sem se preocupar muito se isso o distancia, por consequência, das coisas simples. Há que justificar a fama de bem-pensante que alisa as vaidades

que se espalharam da Praça dos Três Poderes à Esplanada dos Ministérios. Assim é que fórmulas complicadas e até tabelas matriciais foram feitas para reorganizar o governo e dotá-lo de uma base de apoio parlamentar necessária para as reformas estruturais que — dizem — virão. Até um seminário para mais de 380 parlamentares, enciumados porque não haviam sido bajulados pelos novos do poder, estava sendo organizado quando alguém se lembrou de que, daqueles, muitos não retornariam em fevereiro porque derrotados nas eleições de outubro, e os demais prefeririam tratamento personalizado mais condizente com seus objetivos de busca de prestígio e uma ou outra verbinha federal.

Tão intrincado é o esquema, exigente de exata sincronização por parte de seus muitos elementos, que bastou que oito senhores passassem a se reunir na sala do café do Senado para que o governo se visse diante de uma derrota política às vésperas de uma catástrofe moral. Pois o objetivo dos oito anões da anistia era obrigar a Câmara a votar às pressas o projeto que faz de conta que o senador Humberto Lucena e outros não cometem crime eleitoral com o uso da Gráfica do Senado e forçar o presidente Fernando Henrique Cardoso a sancionar esta aberração. Não houve fórmula matricial que resolvesse o assunto.

Para vencer o impasse foi necessária a presença providencial de outros intelectuais, os senadores Esperidião Amim e Jarbas Passarinho, que haviam lido a continuação do verso de Valéry: "Mas tudo o que não é simples é inutilizável". O primeiro sugeriu no ouvido do senador Humberto Lucena, que presidia o Senado, que uma inversão de pauta permitiria a aprovação do nome do sr.

Pérsio Arida para a presidência do Banco Central. O segundo, enquanto isso, arregimentava os senadores de seu partido, o PPR, e com isso traía os demais para o plenário. Praticaram ambos atos simples e elementares de uma coisa — esta sim muito complicada — chamada liderança.

Curioso é que naquela manhã o comando do PSDB, partido de filiação e militância do presidente da República e que deveria estar na vanguarda de

sua bancada de apoio parlamentar, se reunia com o professor Fernando Henrique Cardoso para traçar uma estratégia de unificação e fortalecimento da bancada. Ora, e isso não foi feito antes e durante a dura campanha das eleições gerais? O partido que ganhou as eleições e cresceu está em frangalhos e em debandada, a ponto de ficar marcando passo, ganhando tempo para se reaglutar? Ou o que há é um certo gosto da conversa, do convívio entre amigos inteligentes, que não deve ser estragado só porque o mais eminente deles ganhou a Presidência da República e agora o jogo é outro?

Cumpre ao presidente Fernando Henrique Cardoso vencer esta tendência que ele e seus companheiros de partido e Ministério demonstram de preferir as preliminares à ação. A articulação, a concentração de forças e a manobra são elementos vitais de qualquer movimento político... desde que este se faça. Caso contrário, são gostosos momentos de diletância intelectual. E a moda, infelizmente, espalhou-se por Brasília. O chefe do Gabinete Civil, por exemplo, acaba de dizer que os novos presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que estão anunciados, somente tomarão posse quando todos os diretores dos dois estabelecimentos estiverem escolhidos. A justificativa de que não há sentido em que novos presidentes de bancos assumam com diretorias velhas seria brilhante se o presidente da República novo não estivesse governando com as mesmas diretorias velhas. Se ficar em planos, reuniões e seminários, esse governo que se inicia ficará velho em pouco tempo. O presidente precisa conduzir seus assessores e aliados na tarefa de transformar conhecimento em ação. Em fazer o simples e o utilizável.

O presidente precisa conduzir para o plano da ação os ministros e parlamentares que o apoiam